

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC

AUDIÊNCIA PÚBLICA

REQUERIMENTO Nº , DE 2011. (Do Sr. Delegado Waldir)

Requer sejam convidados o Sr. José Dirceu (Ex-Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República e Representante da Empresa JD Assessoria e Consultoria), o Sr. Fernando Cavendish (Presidente da Empresa Delta Construções S/A), os Srs. José Augusto Quintella Freire e Romênio Marcelino Machado (Diretores da Empresa Sigma Engenharia), representante do Tribunal de Contas da União (TCU) e representante do Ministério Público Federal, para prestarem esclarecimentos sobre acusações de tráfico de influências em favor da Empresa Delta Construções.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 24, inciso XIV e art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados o Sr. José Dirceu (Ex-Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da

República e Representante da Empresa JD Assessoria e Consultoria), o Sr. Fernando Cavendish (Presidente da Empresa Delta Construções S/A), os Srs. José Augusto Quintella Freire e Romênio Marcelino Machado (Diretores da Empresa Sigma Engenharia), representante do Tribunal de Contas da União (TCU) e representante do Ministério Público Federal, para que em audiência pública a ser agendada pela Comissão, prestem esclarecimento sobre acusações de tráfico de influências em favor da Empresa Delta Construções S/A.

JUSTIFICAÇÃO

O Jornal O Globo publicado no dia 09 de maio de 2011 e a Revista Veja de 11 de maio de 2011, divulgaram matéria em que os empresários José Augusto Quintella Freire e Romênio Marcelino Machado, proprietários da empresa Sigma Engenharia, acusam o Ex-Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República e Representante da Empresa JD Assessoria e Consultoria, José Dirceu, de praticar tráfico de influências em favor do empresário Fernando Cavendish, Presidente da Empresa Delta Construções S/A. A Delta

Construções S/A foi a empresa que mais recebeu recursos de obras do Governo Federal no ano de 2010. Assim, torna-se urgente averiguar com profundidade estas denúncias, identificar se há realmente a transgressão supracitada e utilizar com rigor a legislação pertinente, a fim de coibir estas práticas ilícitas no âmbito da administração pública que só traz prejuízos ao nosso erário.

Daí as razões do presente Requerimento de Audiência Pública que esperamos ver aprovado com o valioso apoio dos nossos eminentes pares.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 2011.

DELEGADO WALDIR

Deputado Federal